

EDITAL Nº 03, DE 11 DE MARÇO DE 2019
PROCESSO SELETIVO PARA O CARGO DE ADVOGADO JÚNIOR
ASSOCIAÇÃO NACIONAL DOS FUNCIONÁRIOS DO BANCO DO BRASIL – ANABB

A ANABB torna pública a abertura de Processo Seletivo para preenchimento de 2 (duas) vagas de **Advogado Júnior**, sendo 1 vaga para jornada integral (40h) e 1 vaga jornada parcial (20h), ambas para atuar no atendimento jurídico da ANABB, a ser regido pelas seguintes normas:

1. INSCRIÇÕES:

- 1.1. Os interessados em participar do processo seletivo deverão preencher o FORMULÁRIO DE INSCRIÇÃO (anexo I), e encaminhá-lo, via e-mail, para o endereço eletrônico: processoseletivo@anabb.org.br, a partir do dia 12 de março de 2019, até às 23:59h do dia 17 de março 2019, com indicação do cargo: **Advogado Júnior** no campo assunto.
- 1.2. A opção pela jornada de trabalho integral ou parcial será feita pelo candidato no momento do preenchimento do formulário de inscrição.
- 1.3. O candidato deverá efetuar sua inscrição em apenas uma das vagas ofertadas.
- 1.4. Será considerada nula a inscrição efetuada concomitantemente para as duas vagas.

2. ATRIBUIÇÕES DO CARGO

- 2.1. Atendimento jurídico telefônico e/ou por e-mail aos associados.
- 2.2. Confecção de pareceres jurídicos e afins.
- 2.3. Demais atividades privativas do advogado.

3. DOS REQUISITOS PARA A VAGA:

- 3.1. Ser advogado regularmente inscrito na OAB/DF.
- 3.2. Ter experiência em atendimento jurídico ao cliente.
- 3.3. Ter experiência em advocacia contenciosa e consultiva.
- 3.4. Possuir pós-graduação em pelo menos uma das seguintes áreas: direito civil, direito tributário, direito trabalhista ou direito previdenciário.
- 3.5. Conhecimentos gerais de informática (Word, Excel, Internet).
- 3.6. Boa comunicação oral e facilidade de redação, com domínio das regras gramaticais.

4. JORNADA E SALÁRIO/REMUNERAÇÃO

- 4.1. Jornada Integral (01 vaga): 40 horas semanais;
 - 4.1.1. Salário Jornada Integral: R\$ 4.874,82 e Benefícios;
- 4.2. Jornada Parcial (01 vaga): 20 horas semanais;
 - 4.2.1. Salário Jornada Parcial: R\$ 2.669,42 e Benefícios;

5. SELEÇÃO:

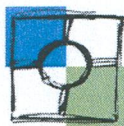
- 5.1. O Processo Seletivo será realizado em 03 (três) etapas:
- 5.2. Análise curricular (formulário de inscrição), para verificação de requisitos de formação, experiência e habilidades.
- 5.3. Os candidatos selecionados na etapa anterior realizarão avaliação escrita, que consistirá em prova escrita composta por até 10 (dez) questões discursivas.
- 5.4. Os candidatos aprovados na avaliação escrita serão convocados para avaliação oral.
- 5.5. Após a finalização do certame, será divulgada a relação de aprovados.

6. CRONOGRAMA:

- 6.1. As datas para realização das avaliações presenciais serão comunicadas via e-mail aos candidatos selecionados em cada fase do processo seletivo.

7. DOS OBJETOS DE AVALIAÇÃO:

DIREITO TRIBUTÁRIO: 1. O Estado e o poder de tributar. 2. Direito tributário: conceito e princípios. Tributo: conceito e espécies. Código Tributário Nacional. Normas gerais de direito tributário. 3. Norma

**ANABB**Associação Nacional
dos Funcionários do
Banco do Brasil

tributária: espécies; vigência e aplicação; interpretação e integração; natureza. 4. Obrigação tributária: conceito; espécies; fato gerador (hipótese de incidência); sujeitos ativo e passivo; solidariedade; capacidade tributária; domicílio tributário. 5. Crédito tributário: conceito; natureza; lançamento; revisão, suspensão, extinção e exclusão; prescrição e decadência; repetição do indébito. 6. Responsabilidade tributária. Responsabilidade por dívida própria e por dívida de outrem. Solidariedade e sucessão. Responsabilidade pessoal e de terceiros. Responsabilidade supletiva. 7. Garantias e privilégios do crédito tributário. 8. Sistema Tributário Nacional: princípios gerais. Limitações do poder de tributar. Imunidades. Impostos da União. Impostos dos estados e do Distrito Federal. Impostos dos municípios. Repartição das receitas tributárias. 9. Dívida ativa e certidões negativas. 10. Lei Complementar nº 118/2005.

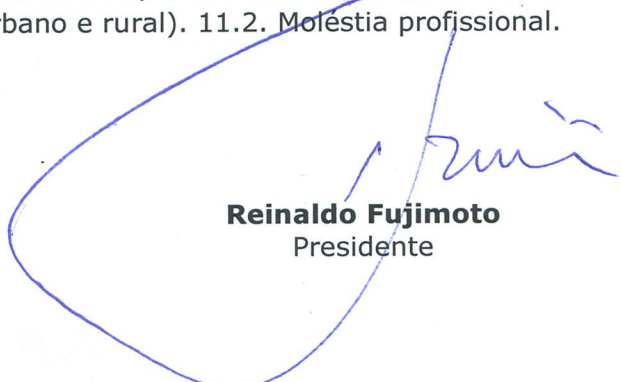
DIREITO CIVIL. 1. Direito Civil e Constituição. 2. Pessoa natural e Direitos da personalidade. 3. Pessoa jurídica. 4. Bens. 5. Fatos, Atos e Negócios Jurídicos: formação, validade, eficácia e elementos. 6. Prescrição e Decadência. 7. Teoria Geral das Obrigações. 8. Atos Unilaterais. 9. Teoria do Contrato. 10. Contratos em espécie. 11. Teoria da Responsabilidade civil. 12. Modalidades de Responsabilidade civil e reparação. 13. Posse. 14. Direitos Reais. 15. Casamento, União Estável e Monoparentalidade. 16. Dissolução do Casamento e da União Estável. 17. Parentesco. 18. Poder Familiar. 19. Regimes de Bens e outros Direitos Patrimoniais nas relações familiares. 20. Alimentos. 21. Sucessão legítima. 22. Sucessão testamentária e disposições de última vontade. 23. Leis Civis Especiais. 24. Lei 8.078/1990 – Código de Defesa do Consumidor.

DIREITO DO TRABALHO: 1. Direito do trabalho. Conceito. Fontes: classificação, hierarquia e solução de conflitos. Princípios do direito do trabalho. 2. Renúncia e transação no direito do trabalho. Comissões de conciliação prévia. 3. Relação de trabalho. Relação de emprego. Distinção. 4. Sujeitos da relação de emprego. Empregado. Espécies. Distinção dos demais trabalhadores (eventual, autônomo, de empreitada). Empregador. Grupo de empresas. Responsabilidade solidária e subsidiária. Sucessão. Desconsideração da personalidade jurídica. 5. Contrato individual do trabalho: conceito, elementos e modalidades. Contrato de trabalho e contratos afins (locação de serviços, prestação de serviços, empreitada, sociedade, mandato, representação comercial e parceria rural). Cooperativas. Contratos especiais e profissões regulamentadas. 6. Remuneração e salário. Conceito. Componentes do salário. Modalidades. Parcelas não salariais. 13º salário. Participação nos lucros e resultados. Equiparação salarial. 7. Alteração do contrato de trabalho. Efeitos. Suspensão e interrupção do contrato de trabalho. 8. Paralisação temporária ou definitiva do trabalho em decorrência do factum principis. 9. Força maior no direito do trabalho. 10. Extinção do contrato de trabalho. Espécies. Justas causas de despedida do empregado. Culpa recíproca. Despedida indireta. Dispensa arbitrária. Direitos do empregado decorrentes da extinção. Aviso prévio. Programas de demissão voluntária. 11. FGTS. 12. Estabilidade. Garantia no emprego. Despedida do empregado estável. Reintegração, readmissão e indenização. 13. Duração do trabalho. Jornada de trabalho. Intervalos. Trabalho extraordinário e trabalho noturno. Sistemas de prorrogação e compensação de horas. Trabalho em regime de tempo parcial. Adicionais. 14. Férias. Direitos do empregado, épocas de concessão e remuneração. 15. Descanso semanal remunerado. 16. Segurança e higiene do trabalho. Insalubridade e periculosidade. 17. Trabalho da mulher. 18. Trabalho do menor. 19. Direito coletivo. Organizações sindicais: natureza jurídica, criação, administração e dissolução de sindicatos. Acordos e convenções coletivas de trabalho. Mediação e arbitragem. Direito de greve. Serviços essenciais. Condutas antissindicais e consequências.

DIREITO DA SEGURIDADE SOCIAL: 1. Seguridade social: origem e evolução legislativa no Brasil; conceito; organização e princípios constitucionais. 2. Regime Geral da Previdência Social: beneficiário, benefícios e custeio. 3. Salário-de-contribuição: conceito, parcelas integrantes e excluídas, limites mínimo e máximo; salário-base, enquadramento, proporcionalidade e reajustamento. 4. Planos de benefícios da previdência social: espécies de benefícios e prestações, disposições gerais e específicas,

**ANABB**Associação Nacional
dos Funcionários do
Banco do Brasil

períodos de carência, salário-de-benefício, renda mensal do benefício, reajustamento do valor do benefício. 5. PIS/PASEP. 6. Entidades de previdência privada: conceito e finalidades, constituição, organização, funcionamento e fiscalização. 7. Entidades abertas: regulamentos, requisitos essenciais, vinculação ao Sistema Nacional de Seguros Privados (órgão normativo e executivo); operações; disposições especiais. 8. Entidades fechadas: posição em relação à seguridade social oficial; entes patrocinadores e supervisão das atividades das entidades fechadas; Ministério da Previdência Social: competência em relação às entidades fechadas; operações; entidades fechadas de previdência privada e suas patrocinadoras no âmbito da administração pública federal. 9. Previdência privada versus previdência pública. 10. Fundos de pensão. 11. Legislação acidentária. 11.1. Regulamento do seguro de acidentes do trabalho (urbano e rural). 11.2. Moléstia profissional.



Reinaldo Fujimoto
Presidente